

Edição nº 2/17

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria das Sessões
Serviço de Jurisprudência

Boletim informativo

Decisões TCDF

O texto apresentado neste informativo é um extrato produzido pelo Serviço de Jurisprudência a partir da interpretação sobre o posicionamento do TCDF nas matérias abordadas por ocasião do julgamento do processo e que conduziu à decisão referenciada, mas não representa o texto da decisão, não sendo, portanto, repositório oficial. Para conhecimento mais aprofundado da matéria, acesse o inteiro teor da decisão, das peças processuais e de outras normas citadas, utilizando os links disponibilizados neste informativo.

Sessões de 31 de janeiro e 02 de fevereiro de 2017.

Sumário

CONTAS

1. RESPONSABILIZAÇÃO DO GESTOR. ATESTO DE SERVIÇO NÃO REALIZADO. CULPA *IN ELIGENDO*. CULPA *IN VIGILANDO*. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE.

LICITAÇÃO

1. LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE LOTES ADJUDICÁVEIS POR LICITANTE. COMPLEXIDADE DO OBJETO LICITADO. SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS. SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO. LICITAÇÃO.
2. SERVIÇOS DE PUBLICIDADE. SERVIÇO DE NATUREZA CONTÍNUA. VIGÊNCIA CONTRATUAL. CONTRATO.
3. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) DE OUTRO ENTE FEDERADO. VANTAGEM NA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PESQUISA DE PREÇOS EM ÂMBITO LOCAL. LICITAÇÃO.

PESSOAL

1. INCORPORAÇÃO AOS PROVENTOS DE INATIVIDADE DE GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO MILITAR. BASE DE CÁLCULO.

PROCESSUAL E COMPETÊNCIA DO TCDF

1. CONSULTA. MATÉRIA JÁ APRECIADA PELO TRIBUNAL. PRETENSÃO REVISIONAL. PROCESSUAL.
2. TERCEIRO INTERESSADO. RELATÓRIO PRÉVIO. AUDITORIA. PROCESSUAL.

CONTAS

1. RESPONSABILIZAÇÃO DO GESTOR. ATESTO DE SERVIÇO NÃO REALIZADO. CULPA *IN ELIGENDO*. CULPA *IN VIGILANDO*. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE.

‘O gestor público, além da escolha de subordinados tecnicamente capacitados, deve adotar medidas de controle suficientes e necessárias para acompanhar o desempenho daqueles que estão sob sua direção, sob pena de incorrer em culpa *in eligendo* e *in vigilando*’.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 18513/2011. Decisão nº 194/2017.](#)

Precedentes: TCDF: Decisões nºs [1191/2016](#), [197/2016](#), [1723/2015](#), [1290/2015](#); TCU: Acórdãos nºs [1421/2013-II](#), [476/2008-P](#), [1432/2006-P](#), [1247/2006-I](#), dentre outros.

LICITAÇÃO

1. LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE LOTES ADJUDICÁVEIS POR LICITANTE. COMPLEXIDADE DO OBJETO LICITADO. SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS. SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO. LICITAÇÃO.

1. ‘O edital da licitação não pode limitar o número de lotes que podem ser vencidos por cada licitante, por ausência de previsão legal e por prejudicar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.’

2. ‘Acerca do item anterior, excepcionalmente, em tese, pode-se admitir que o edital para contratação de serviços públicos essenciais estabeleça limitação ao número de lotes a serem adjudicáveis a cada licitante, desde que tal medida se mostre fundamental para o atingimento do interesse público, o que deve estar circunstanciadamente justificado no respectivo processo administrativo, a partir de estudo específico relativo ao objeto da licitação, demonstrando que a complexidade ou o porte da contratação, caso ocorra a adjudicação de todos os lotes a uma única empresa, provocará risco iminente de inadimplência dos futuros contratos, levando-se em conta, para a definição do número máximo de lotes que podem ser vencidos por licitante, características objetivas do mercado no qual o objeto estiver inserido.’

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 37910/2016-e. Decisão nº 229/2017.](#)

Precedentes TCDF Decisões nºs [6375/2016](#), [6018/2016](#), [4906/2016](#), [1730/2016](#), [295/2015](#), [3659/2014](#).

2. SERVIÇOS DE PUBLICIDADE. SERVIÇO DE NATUREZA CONTÍNUA. VIGÊNCIA CONTRATUAL. CONTRATO.

O enquadramento de serviços de publicidade como serviços de natureza contínua, para fins de delimitação do prazo de duração do respectivo contrato, previsto no art. 57 da [Lei nº 8666/93](#), é possível, desde que se adequem aos fins institucionais do órgão ou entidade contratante e correspondam a necessidades de divulgação permanente de algum tema relacionado a esses fins institucionais.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 38606/2016-e. Decisão nº 167/2017.](#)

Precedentes TCU: Acórdãos nºs [800/2007-P](#), [35/2000-P](#).



3. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) DE OUTRO ENTE FEDERADO. VANTAGEM NA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PESQUISA DE PREÇOS EM ÂMBITO LOCAL. LICITAÇÃO.

É possível a órgãos e entidades do complexo administrativo do Distrito Federal utilizar Ata de Registro de Preços de outro ente federativo, desde que realizada pesquisa de preços em âmbito local, conforme dispõe o § 1º do art. 4º da [Lei nº 938/1995](#), e sejam atendidos os requisitos que a norma de regência estipula para tal hipótese.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 21827/2016-e. Decisão nº 166/2017.](#)

Precedentes: TCDF: Decisões nºs [6115/2016](#), [864/2015](#), [5012/2014](#), [1806/2006](#); TCU: [Acórdão nº 1202/2014-P](#).

PESSOAL

1. INCORPORAÇÃO AOS PROVENTOS DE INATIVIDADE DE GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO MILITAR. BASE DE CÁLCULO.

“Os valores incorporados pelos militares inativos que exerceram as funções de Chefia e Subchefia de Gabinete Militar do Governador, de Comandantes-Gerais e Chefes do Estado-Maior da PMDF e CBMDF não se submetem às bases de cálculo contidas nos Anexos da [Lei nº 2.885/2002](#)”.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 14642/2016-e. Decisão nº 173/2017.](#)

Nota: De acordo com o parecer do Parquet, acolhido, na íntegra, pelo Relator do Voto proferido, “em relação ao pagamento da extinta Gratificação de Representação pelo exercício de função militar no Gabinete Militar do GDF, tratada na [Lei nº 186/91](#), e incorporada aos proventos da inatividade em razão da [Lei nº 213/91](#)” ressalta-se que “A [Lei nº 807/94](#), e alterações, estendeu a vantagem da incorporação aos ocupantes dos cargos de Comandantes-Gerais e Chefes do Estado-Maior da PMDF e do CBMDF. Na sequência, a [Lei nº 2.885/02](#) alterou os valores da Gratificação de Representação para Gratificação de Função Militar”. Entretanto, “foram apenas os cargos do Gabinete Militar, excetuados os de Chefe e Subchefe do Gabinete Militar. Assim, apenas tais cargos do Gabinete Militar deveriam ser remunerados conforme a [Lei nº 2.885/02](#)”. (...) “De acordo com a [Lei nº 2.885/02](#), os valores percebidos a título de Gratificação de Função Militar pelos militares, praças e oficiais, variavam de acordo com a graduação ou posto ocupados, sendo o de menor valor para a graduação de soldado e o de maior para o posto de Coronel, persistindo, ainda, as incorporações. Nada obstante, foi silente em relação aos Comandantes-Gerais e Chefes do Estado-Maior das Corporações e aos Chefe e Subchefe do Gabinete Militar do Governador. Significa dizer que tais militares continuaram percebendo a remuneração pelo exercício desses cargos de natureza especial, incorporáveis aos proventos, nos termos do art. 3º da [Lei nº 213/91](#), combinado com o art. 1º da [Lei nº 807/94](#)”.

PROCESSUAL E COMPETÊNCIA DO TCDF

1. CONSULTA. MATÉRIA JÁ APRECIADA PELO TRIBUNAL. PRETENSÃO REVISIONAL. PROCESSUAL.

Não será conhecida Consulta acerca de matéria já devidamente analisada pelo Tribunal de Contas, tendo em vista que tal instrumento não se mostra adequado à pretensão revisional de suas decisões, a teor do que dispõem os artigos 264 e 265 do [RI/TCDF](#).

Decisão por unanimidade.

Referência: [Processo nº 28970/2016-e. Decisão nº 223/2017.](#)

Precedente TCDF: [Decisão nº 3294/2016.](#)

2. TERCEIRO INTERESSADO. RELATÓRIO PRÉVIO. AUDITORIA. PROCESSUAL.

Em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, deve-se conceder prazo ao órgão ou entidade fiscalizada em sede de Auditoria, bem como ao contratado, se for o caso, para conhecimento e manifestação acerca dos achados em Relatório Prévio, quando as deliberações futuras



a respeito dos resultados da fiscalização puderem afetar os seus interesses. (Art. 2º, da [Resolução TCDF nº 271/2014](#)).

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 16840/2016-e. Decisão nº 165/2017.](#)

[voltar sumário](#)



*Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria das Sessões
Serviço de Jurisprudência*

VENDA PROIBIDA. Informativo disponível em <http://www.tc.df.gov.br/web/tcdf1/decisoes-tcdf-boletim>

Documento assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas, acesse www.tc.df.gov.br/autenticidade e informe o edoc 059AE70A